



O SIGNIFICADO DE EMANCIPAÇÃO PARA AS MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS

Dalila Xavier de França¹

Universidade Federal de Sergipe

Lorena Helen Dantas Leite²

Universidade Federal de Sergipe

Resumo: O presente trabalho tem como proposta traçar um significado para o movimento de emancipação do corpo da mulher negra brasileira, e se perguntar ao mesmo tempo se a mulher negra se percebe emancipada. Têm-se em mente que o discurso de emancipação pode ser analisado dentro desse espaço do trabalho e, a partir dele, entender a abrangência de comportamentos desse significado. Para tanto, foram reunidos 27 estudos qualitativos ambientados no Brasil, que contavam com o discurso somente de mulheres negras sobre suas vivências no trabalho, e através de uma metanálise foi possível encontrar os caminhos em comum dentro desses discursos. A partir dessa pesquisa foi possível desenhar um significado para emancipação e perceber como esse corpo em posse de uma consciência racial vive em busca de uma ruptura diária da estrutura racista brasileira.

¹ Possui graduação em Formação de Psicólogo (1989) e mestrado em Psicologia (Psicologia Social) pela Universidade Federal da Paraíba (1996- Sob orientação do Professor Dr. Leonio Camino). Doutorado em Psicologia Social pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa- Lisboa/Portugal (Sob orientação da Professora Dr^a. Maria Benedicta Monteiro-2006). Pós Doutorado em Psicologia Social pela Universidade Complutense de Madrid (2011- Supervisionada pelo Professor Dr. José Luis Álvaro Estramiana) e na University of Queensland- Brisbane/ Austrália (2019- Supervisionada pela Professora Dr^a Jolanda Jetten. Dalila Xavier de França é Professora Associada do Departamento de Psicologia, Mestrado e Doutorado em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe, Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Socialização das Atitudes Intergrupais e Racismo (CNPq). Pesquisa temas: Racismo, Socialização, Estereótipos, Identidade, Normas Sociais e Anomia em crianças e jovens. E-mail: dalila@academico.ufs.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0431-3034>

² Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Sergipe (2023) e especialização em Psicanálise e Relações de Gênero: Ética, Clínica e Política pelo IPPERG (2026). E-mail: lore.milk.ll@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-5700-7026>



Palavras-Chave: Emancipação; Mulher negra; Mercado de trabalho; Psicologia Social

THE MEANING OF EMANCIPATION FOR BLACK BRAZILIAN WOMEN

Abstract: The purpose of this work is to outline a meaning for the movement for the emancipation of the Brazilian black woman's body, and to ask at the same time whether black women perceive themselves as emancipated. Keep in mind that the emancipation discourse can be analyzed within this work space and, from there, understand the scope of behaviors of this meaning. To this end, 27 qualitative studies set in Brazil were gathered, which only included the discourse of black women about their experiences at work, and through a meta-analysis it was possible to find common paths within these discourses. From this research it was possible to draw a meaning for emancipation and understand how this body in possession of a racial consciousness lives in search of a daily rupture of the Brazilian racist structure.

Keywords: Emancipation; Black woman; Job market; Social Psychology

EL SIGNIFICADO DE LA EMANCIPACIÓN PARA LA MUJER NEGRA BRASILEÑA

Resumen: El objetivo de este trabajo es esbozar un significado para el movimiento por la emancipación del cuerpo de la mujer negra brasileña y, al mismo tiempo, preguntarse si las mujeres negras se perciben a sí mismas como emancipadas. Tener presente que el discurso de emancipación puede ser analizado dentro de este espacio de trabajo y, a partir de allí, comprender el alcance de conductas de este significado. Para ello, se recopilieron 27 estudios cualitativos ambientados en Brasil, que incluyeron únicamente el discurso de las mujeres negras sobre sus experiencias en el trabajo, y a través de un metaanálisis fue posible encontrar caminos comunes dentro de estos discursos. A partir de esta investigación fue posible extraer un significado para la emancipación y comprender cómo este cuerpo en posesión de una conciencia racial vive en busca de una ruptura cotidiana de la estructura racista brasileña.

Palabras-clave: Emancipación; Mujer negra; Mercado de trabajo; Psicología Social

LE SIGNIFICATION DE L'ÉMANCIPATION POUR LES FEMMES NOIRES BRÉSILIENNES



Résumé: Le but de ce travail est de tracer un sens au mouvement d'émancipation du corps de la femme noire brésilienne, et de se demander si les femmes noires se perçoivent comme émancipées. Gardez à l'esprit que le discours d'émancipation peut être analysé au sein de cet espace de travail et, à partir de là, comprendre la portée des comportements de ce sens. À cette fin, 27 études qualitatives réalisées au Brésil ont été rassemblées, qui incluaient seulement le discours des femmes noires sur leurs expériences au travail, et grâce à une méta-analyse, il a été possible de trouver des chemins communs au sein de ces discours. De cette recherche, il a été possible de tirer un sens à l'émancipation et de comprendre comment ce corps en possession d'une conscience raciale vit à la recherche d'une rupture quotidienne de la structure raciste brésilienne.

Mots-clés: Émancipation; Femme noire; Marché de l'emploi; la psychologie sociale

INTRODUÇÃO

[...] O caminho da salvação para a multidão emancipada do povo negro não atravessava mais a porta da cozinha, com seus grandes salões e a varanda sustentada por pilares do lado de fora. Esse caminho consiste, como todas as pessoas descobriram e sabem, em escapar da escravidão.

É com essa citação de Du Bois (1920) que Angela Davis dá início ao seu capítulo dissertativo sobre o significado de emancipação para as mulheres negras (DAVIS, 2016). As ideias principiadas por Davis serviram a esta pesquisa como um esqueleto possível de ser adaptado ao contexto brasileiro, mas com o pensamento de que os conceitos de emancipação aqui tomarão significados próprios, mais contextualizados com a realidade do Brasil. Justamente por entender os processos como característicos à sua população, explorar como se dá no Brasil tem como intenção principal realizar o processo contrário ao costume do país, que envolve escamotear as informações a respeito da chamada população de “cor”, no desejo de aparentar um grande paraíso racial no Brasil (GONZALEZ, 2020); como um mito do país como dono de uma natureza pacífica, de conquistas sem violência que uniu a todos, comumente conhecido e popularizado como Democracia Racial. (SCHWARCZ, 2015).



A proposta do artigo é realizar um estudo de revisão da literatura brasileira, com o intuito de traçar um panorama da mulher negra na sociedade brasileira, ao visualizar em que espaços seus corpos habitaram, ou podem habitar. O intuito desta visualização é enxergar o quanto sua raça, gênero e classe, tomando esses fatores de modo interseccionado, influenciam diretamente na existência da mulher negra na sociedade. Estudar esse tema com bases em construtos da psicologia, serve aqui como uma responsabilização. A relação sob a qual se mantém essa continuidade histórica da escravidão é consubstanciada socialmente, e para tanto precisa de pilares para o seu sustento, e psicologia pode combater tais construtos.

O corpo feminino negro tem sua habitação social muito bem delimitada, e para entender esse enquadramento é impossível dissociar suas camadas; é um estudo sobre raça, classe e gênero. Crenshaw (2002) faz uma análise da intersecção como vários eixos de poder atuando como avenidas que estruturam terrenos sociais, econômicos e políticos. Ou seja, observar esse corpo-função em ação é buscar compreender essa existência como parte de todos esses terrenos e, também, procurar pensar sobre o que desenha a emancipação? Emancipação acaba sendo uma figura de intersecção, não dá para se alcançar somente através do trabalho, da classe social, mas sim dessa embarcação de ser mulher, negra e pobre.

LEITURA DO LUGAR E DO NÃO LUGAR

O Brasil, no ano da escrita deste trabalho, completa 201 anos de emancipação política. Dentro do viés jurídico tal ato interpola a liberdade, dentro da qual se é livre de toda e qualquer tutela. Estudar emancipação envolve seu ponto de partida, ou seja, o momento da sua não existência, diz respeito àquele algo do qual foi (ou ainda é) preciso libertar-se (Almeida, 2017).



Fazendo uso de estudos da Psicologia Social, esse estudo assume uma postura acerca da identidade e do processo emancipatório considerando-os além de uma simples descrição de características individuais e sociais (ALMEIDA, 2017). A postura descritiva aqui serve-nos para oferecer uma visão geral: O Brasil é um país livre. A figura crítica, no entanto, nos mostrará que dentro desse país livre, uma grande parcela da sua população viveu durante muito tempo em uma lógica escravocrata, completamente tutelada. E em consequência a esses processos diferentes de liberdade, o corpo negro vive uma trajetória de desenvolvimento emancipatório contínuo, ao enfrentar as consequências desta tutela.

Segundo a Psicologia Social Crítica, os estudos sobre a identidade só assumem um sentido quando postos em contato com a emancipação (ALMEIDA, 2017; MELO, 2011). Entende-se, dessa forma, pois enxerga o sujeito como fruto não só de suas características e do seu grupo social, mas primordialmente um fruto de política, “uma identidade concretiza uma política, dá corpo a uma ideologia (CIAMPA, 1987)”. Localizando sua prática na história brasileira equivale a entender o quanto da sua construção de território, mais ainda de sociedade, impôs uma significação inicialmente ao corpo negro tal como um instrumento, sem subjetivações, logo, sem identidade.

Quando se encara o racismo como uma construção ideológica, é visto que para além de excluir, ele é perpetuado e reinterpretado de acordo com a que lhe venha interessar (GONZALEZ, 2020), o conceito da democracia racial desenreda a continuação dessa ideologia. É um fato que houve a extinção do sistema escravista, a Lei Áurea de modo simples ditou-a (SCHWARCZ, 2015). A estratégia política, inclusive, de implicar a lei como uma dádiva, configura a dinâmica remodelada de submissão; houve a concessão da “liberdade”, mas o poder ainda reside em um só lado, favorecendo as pessoas brancas. Essa é a base da suposta democracia racial.



Frente a uma sociedade de múltiplas etnias, a visão de uma nação unificada em prol do desenvolvimento do território era funcional. Uma sociedade tão unida que soa como um “paraíso racial”, é sinônimo de prosperidade e, muito próximo, ao lugar da comunhão reside a fuga de responsabilidades. Collins (2021) é categórica ao desenhar o impacto desse mito de identidade nacional brasileira: “Em essência, ao apagar a categoria política de raça, o discurso nacional da democracia racial eliminou a linguagem que poderia descrever as desigualdades raciais que afetam a vida das pessoas negras brasileiras”.

Em posse de uma política da qual não somente elimina a palavra racismo do vocabulário nacional, como também não se move em estruturas de reparação, é como se esse corpo não existisse como categoria de população oficialmente reconhecida. Quando se nega a existência desse “outro”, qualquer qualidade que produza um campo de intersecção com o “eu” é impensável (BENTO, 2018), logo, como esse corpo pode ser emancipado se sua existência no coletivo não é legitimada?

LEITURA DOS LUGARES DE IDENTIDADE E SUBJETIVIDADE

Quando Lélia Gonzalez introduz a presença da teoria do lugar natural ela o faz fazendo uso tanto da sua espacialidade física, como também uma espacialidade mental. Em outras palavras, ela aponta o quanto o discurso do grupo dominante branco nega o estatuto do sujeito humano, e o estabelece ali como um objeto; objeto esse que na amplitude física tem como seu “lugar natural”: “da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais”” (GONZALEZ, 2020). E conquanto ao seu aspecto mental, são os estereótipos que encarceram esse corpo interna e externamente. Katz e Braly (1933; 1935) trazem em seus estudos estereótipos como um fenômeno sociocultural; que ditam um consenso entre noções criadas sobre determinado



grupo social, como também uma independência do conhecimento “real” dos membros desses grupos e implica uma dependência do contexto histórico e cultural.

Quando nos remetemos à mulher e como sua figura era representada socialmente no período escravocrata, existiam alguns padrões que se repetiam. Para Freitas (1981) existiam duas categorias de escravas: trabalhadora do eito e mucama. Essa dinâmica de corpo-função, que estabelece esse corpo como um objeto e que sustentou essa base mercantil deste período, é uma dinâmica de reconhecimento do corpo como um mero objeto; o que faz com que o Outro não seja reconhecido como humano?

Voltando à pergunta deixada no parágrafo anterior, ela ainda não alcançou aqui no estudo a sua resposta, mas uma tentativa de começo para tal é: ao manter o Outro nessa posição de objeto, as dinâmicas de poder conseguem o seu “lugar natural”, de hegemonia. Quando compreendemos que o racismo é caracterizado como uma construção ideológica que se concretiza nos diferentes processos de discriminação, é que entendemos o quanto de poder essa prática exerce em todos os aspectos referente ao povo preto, é essa ideologia que explica como o mundo do trabalho se porta pós abolição, e em como as figuras dessa época escravocrata ainda existem, mesmo que remodeladas.

Quando se localiza o objeto desse estudo, a mulher negra, na pirâmide social brasileira, seu lugar ocupado é de total vulnerabilidade (ALVES, 2017). Sueli Carneiro (1995) tem sintetizado esse panorama com a expressão “a última da fila depois de ninguém”, ao enquadrar os múltiplos processos de discriminação direcionados a este corpo, e dos quais não existe dissociação entre eles se é desejado estudar esse panorama.

Considerando uma discussão sobre raça, é preciso entender como essa categoria se engendra com gênero e classe; é preciso entender o lugar da mulher negra na força de trabalho. Em continuidade ao que já foi apresentado



sobre o mito da democracia racial, é importante notar o que o apagamento significou em termos concretos. Sem termos oficialmente reconhecidos para descrever a discriminação racial, e muito menos recursos oficiais para muni-la, ele permitia que práticas discriminatórias afetassem áreas como educação e emprego (COLLINS, 2021).

Dois levantamentos mais recentes, realizados pelo Dieese, trazem mais informações para entendermos a postura que pretendemos analisar. Um dos levantamentos traz os indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e informa que em 2022, houve uma elevação da informalidade, da subocupação e queda dos rendimentos, com efeitos mais consequentes no homem e mulher negra.³ Quando se trata de subocupação, de cada 100 ocupadas negras, mais de 40 estavam subutilizadas, ou seja, são mulheres que querem e precisam trabalhar mais, mas não conseguem. Esse cenário diz: é livre sim, mas com limitações; dita até que lugar pode-se chegar. Trazer a variável trabalho aqui serve como o propósito de que em posse de capital, esse processo emancipatório supostamente se daria como concreto. Mas enxergar todo o cenário, faz aparecer o quanto esse processo é dotado de inúmeras subjetividades, no sentido de se ramificar desse corpo negro para diversas áreas de sua vida; é um processo que afeta seu trabalho, suas relações, sua religião, sua identidade.

O objetivo geral desse artigo é analisar o significado da emancipação da escravidão para a mulher negra e, se a mulher negra se percebe emancipada. E entender ao longo dele também as subjetividades sociais de um corpo feminino negro, e suas intersecções; assim como entender como se estrutura esse sujeito na sociedade; observar esse corpo-função existindo no espaço

³ MAPA da População Negra no Mercado de Trabalho, 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2022/populacaoNegra2022.html>



social e como esses lugares transmitem a ideia de liberdade; e produzir conhecimentos sobre o modo operacional da discriminação.

METODOLOGIA

O delineamento deste estudo se configura como um levantamento de dados em prol da função metanalítica, ou seja, a análise da análise. Metanálise é um estudo de revisão da literatura em que os resultados de estudos independentes são assentados em conjunto e, em sequência, sintetizados de modo a produzir uma estimativa em comum acerca dos resultados (SAMPAIO, 2007). Esse tipo de revisão possibilita a obtenção de estimativas de efeito com maior precisão devido ao aumento do tamanho da amostra (BRASIL, 2021).

A metanálise foi entendida como o melhor caminho devido ao seu poder de síntese de dados sobre o mesmo assunto (ATALLHA & CASTRO, 1998); além da sua proposta de realizar um movimento de compreensão que encara as partes e o todo, partindo de uma premissa de que sem essa relação dialética, o processo de compreensão falha (GADAMER, 1999).

PROCEDIMENTO DE LEVANTAMENTO DE DADOS

O levantamento de estudos ocorreu a partir da plataforma Google Acadêmico. Os termos de busca com operadores booleanos foram: “mulher AND trabalho AND raça”, buscando-se estudos realizados no contexto do trabalho. Optou-se por não delimitar o período inclusive como um fator de conhecimento dessa evolução ao longo da história desse assunto. Só foram levados em conta estudos com métodos qualitativos que tivessem como participantes mulheres negras brasileiras residentes no território e que trouxessem também falas envoltas na dinâmica do trabalho. Foram lidos os



resumos e as metodologias para inclusão ou não na pesquisa. Para armazenar os estudos, elaborou-se uma planilha no *Microsoft Excel*.

AMOSTRA

Após o levantamento de dados, com um resultado de 292 mil arquivos, e posterior análise sobre quais arquivos se encaixavam na pesquisa, foram incluídos 27 estudos, sendo teses e artigos. Foi construído um corpus textual envolvendo a coleta dos tópicos referentes aos resultados e a discussão de cada estudo; quando presentes mais variáveis para além de “trabalho”, foi selecionado o tópico em que essa discussão estava mais presente. As áreas em que se situam esses trabalhos pertencem à: 1) Psicologia; 2) Serviço Social; 3) Antropologia; 4) História; 5) Direito; 6) Educação; 7) Ciências Sociais; 8) Administração; 9) Jornalismo; 10) Matemática e 11) Enfermagem.

ANÁLISES DOS DADOS

Os estudos foram analisados com o auxílio do programa IRAMUTEQ. Foram realizadas análises lexicográficas clássicas, como também especificidades e análise fatorial, além do método de Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Foi considerado esse teste por acreditar ser possível através dele identificar as características consensuais e contraditórias dos trabalhos selecionados.

Na CHD, o *corpus* é dividido em segmentos de textos e acoplado considerando semelhanças e diferenças entre as palavras e os segmentos. Considera-se para a inclusão na análise os critérios: (1) frequência média igual ou acima do ponto de corte estabelecidos e (2) $X^2 \geq 3,84$ e $p < 0,0001$.

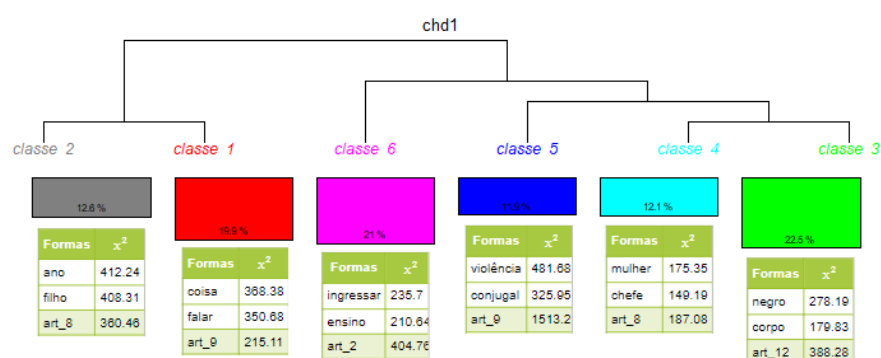


RESULTADOS E DISCUSSÕES

O corpus foi constituído por 251 páginas e 27 textos, compostos pelas seções de *resultado* e *discussão* dos estudos selecionados após o levantamento de dados. Apresentou 5.320 segmentos de texto, 15.461 formas (número de formas presentes no corpus, palavras ativas e suplementares), 188.349 ocorrências (é o número total de palavras contidas no corpus), com frequência média de 12 ocorrências por forma (SALVIATI, 2017). De todos os segmentos de texto do corpus, 94,89% foram agrupados em seis classes, configurando-se um número representativo para análise, pois há uma orientação de retenção mínima de 75% dos segmentos de texto (CAMARGO & JUSTO, 2018).

A análise do corpus indicou os termos mais evocados que foram, respectivamente: mulher (f=1717); negro (f=1284); falar (f=525); filho (f=522); social (f=460); família (f=423); casa (f=409); trabalhar (f=392) e branco (f=366).⁴

Figura 1. Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente

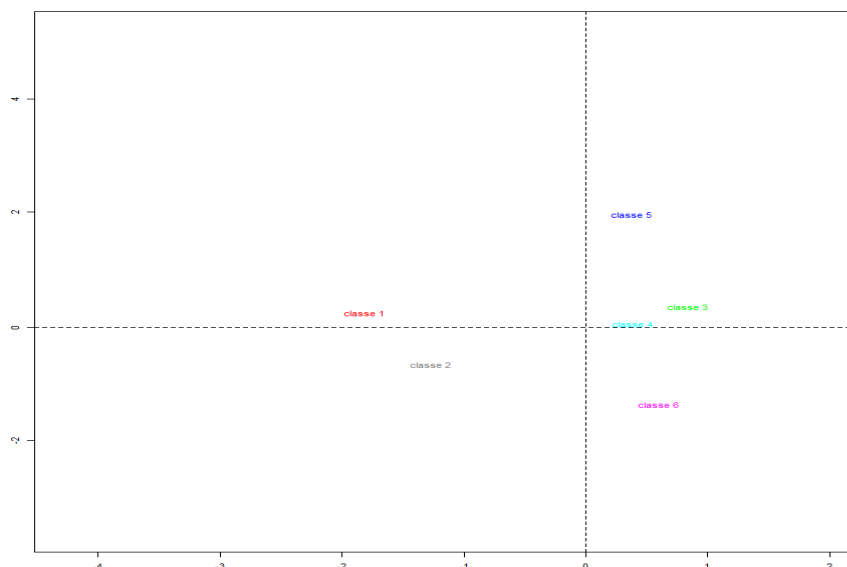


Fonte: Base de dados da pesquisa.

⁴ A variável (f) refere-se à quantidade de vezes que essa palavra aparece nos resultados



Figura 2. Comportamento fatorial das classes



Fonte: Base de dados da pesquisa.

Tabela 1. Resumo dos estudos quantitativos encontrados

1) BENTO, 1995.	4) LEMOS, 2022.	7) DOS SANTOS, 2022.	10) CAVALCAN TI, 2019.	13) CARVALHO, 1999.	16) SILVA, 2010.	19) SILVA, 2016.	22) DA SILVA, 2018.	25) DA CONCEIÇÃO, 2020.
2) PINTO, 2007.	5) BARBOSA, 2021.	8) COSTA, 2009.	11) BRASIL, 2020.	14) GUEDES, 2017.	17) PINHEIRO; ALENCAR, 2020.	20) SILVA, 2003.	23) SANTOS, 2021.	26) GONÇALVES, 2021.
3) ALVES, 2017.	6) LOPES, 2021.	9) PEREIRA, 2013.	12) SILVA, 2022.	15) SANCHOTE NE, 2018.	18) COELHO JÚNIOR; HEIN, 2021.	21) MIRANDA, 2020.	24) DE MENEZES, 2016.	27) DE CASTRO, 2022.

Fonte: Base de dados da pesquisa.

As figuras acima ilustram como se comportam os segmentos de texto oriundos dos 27 estudos. É possível notar a formação de dois eixos iniciais: um primeiro composto pelas classes 2 (12.6%) e 1 (19.9%); e um segundo grupo agrupando as classes 6 (21%), 5 (11.9%), 4 (12.1%) e 3 (22.5%). Depois dessa formação inicial, o segundo grupo sofreu mais segmentações, uma inicial que desvia a classe 6 do todo, e outra que agrupa as classes 4 e 3, separadas da classe 5. E na outra imagem é possível ver como as classes se comportam fatorialmente. A tabela 1 traz em síntese os 27 trabalhos reunidos, as



informações mais detalhadas sobre os estudos encontram-se na monografia de mesmo título.

A partir da análise desses agrupamentos e detalhamento de cada classe é possível formalizar quais as direções que esses segmentos assumem; assim como a transmissão desses agrupamentos conforme aos objetivos deste presente estudo.

SOBRE AQUILO QUE É VISTO, MAS NÃO É DITO

De maneira que os agrupamentos façam sentido e encontrem comunhão de conceitos entre si, os grupos serão analisados separadamente e, começando pelo agrupamento das classes 1 e 2.

A proposta de analisar as classes propostas pelo software tem como funcionalidade notar os discursos que se repetem e seguem por caminhos semelhantes quando postos em confluência aos objetivos do presente estudo. Dito isso, com a finalidade de entender como se comporta o conceito da emancipação dentre esses textos, colocaremos em prova as classes resultantes em confronto com essa atribuição.

De maneira metodológica, serão escavadas as classes destacadas nesse tópico, para que seja trilhado o caminho em que se encontram. A classe 1 ocupa uma predominância de 19.9% de todo o corpus. Fatorialmente, ela se aproxima da classe 2 em alguns aspectos, assim como se aproxima das classes 3, 4 e 5 em outros. Uma de suas formas mais significativas é o verbo *falar* ($X^2= 350.68$), e tem como segmento típico de seu conteúdo a seguinte frase:



“Eu sabia que poderia responder, mas era nova e tinha medo de perder o emprego que estava há pouco tempo. Outra coisa é que tantas pessoas falam isso! A gente começa a achar que elas estão certas.” (art_6; score: 1554.91)⁵

O artigo dono do segmento destacado o traz como uma fala proferida quando questionada a estratégia para enfrentar situações racistas. A participante em questão tem uma noção de identidade construída, se entende como uma pessoa negra sofrendo naquele ambiente um processo discriminatório, contudo sua fala é detida frente àquela situação: se eu combater tal discriminação, serei penalizada com minha demissão. Ou seja, o que cessa o combate dessa mulher frente à uma situação que lhe fere, é a existência de uma dinâmica de poder; ela é a pessoa que para além de ser mulher e negra, também ocupa a posição de contratada pela pessoa a qual lhe proferiu tal discriminação.

Para além disso, é frequente mulheres negras, sabendo que pertencem a um grupo minoritário e vivem em um ambiente racista, não responderem às suas queixas com medo de serem vistas como “raivosas” e “supersensíveis” (MIZAEL, 2024)

Quando percorridos tais elementos dessa classe, o que pode ser concluído é que essa ideologia explica como o mundo do trabalho se porta pós abolição, e em como as figuras da época escravocrata ainda existem, mesmo que remodeladas. A continuidade das dinâmicas de poder exerce uma limitação aos conceitos emancipatórios; sua existência é válida, mas dentro de algumas especificidades.

E, dentro dessa classe, o que personifica tal comportamento é a oralidade, não foi permitido para a entrevistada falar sobre sua violência.

⁵ Pontuação de score adotada: Absoluta (soma dos X2 de formas marcadas no segmento de texto). Para a inclusão das palavras em cada categoria, a associação da palavra com cada categoria é determinada pelo valor de X2 igual ou superior a 3.841 (Veraszto et al., 2018)



Quando ela, logo em seguida, comenta sobre enxergar a discriminação como verdade após tanto ouvir, esse outro aspecto também merece destaque. A discriminação não apenas a impede de combater a violência, como também tem o potencial de criar sequelas dentro de nós (LOPES, 2021).

Em sequência, a classe 2 tem como característica uma dominância de 12,6%, uma porcentagem um pouco menor quando comparada à classe 1. Sua análise fatorial demonstra também uma proximidade com a classe 6. Uma de suas formas mais significativas é o substantivo *casa* ($X^2= 364.98$) e um de seus segmentos de textos característicos foi retirado do seguinte trecho:

Depois de ter completado os 20 anos, a educanda conta que começou a frequentar o MOBREAL, onde ficou por um tempo, mas precisou abandonar, pois não havia incentivo e, como morava no mesmo local onde trabalhava – era empregada doméstica – a sua patroa não queria que saísse para estudar, “porque eu pousava no serviço, ajudava nos serviços da casa, então pra ela se eu fosse estudar ia atrapalhar alguma coisa”. (art_23; score 1437.98)

Quando reunido tal trecho em comunhão ao seu artigo de origem, mas também com outros segmentos de textos reunidos de variados artigos, o substantivo *casa* atua como o limitante. Sua interpretação envolve tanto essa localização do “lugar natural” da mulher negra como doméstica. Mas adiante, a forma da *casa* também engloba o espaço ocupado quanto à posição de chefe de família, principalmente no quesito divisão dos afazeres domésticos. Esse lugar desigualmente ocupado pelas mulheres, elucida neste ponto o aspecto gênero e o peso desta categoria neste estudo.

Paradoxalmente, nas famílias onde só há mulheres, ou naquelas em que a presença masculina se restringe a um filho adolescente ou jovem, algumas mulheres acabam expressando num tom quase confessional que “nessas horas um homem faz falta dentro de casa”. (COSTA, 2009; art_8.)

Essa construção social de gênero que tem o poder de dar origem ao pensamento acima, é também fruto de uma ideologia que aprisiona. Essa carga



de trabalho que é assumido como responsabilidade única da mulher é um marcador de como esse corpo é acompanhado socialmente; independentemente da posição que ocupem na família, a sobrecarga de trabalho atinge as mulheres, mas não suficiente, também é exprimido de um corpo que trabalha fora de casa o direito a separar seu trabalho produtivo e reprodutivo (ÁVILA, 2007); a mulher possui assim dois trabalhos, aquele fora de casa característico à sua individualidade, e um outro dentro de casa, produto histórico-cultural em cima do seu gênero.

Em resumo ao abordado em ambas as classes, o que existe de comunhão entre elas são os controles invisíveis de poder exercidos sobre esses corpos. São construtos que atuam sobre suas vidas e controlam suas individualidades, são notados, contudo existe um fator que os impede de serem mencionados: o controle social. Esse controle social é tanto o silenciador como também o mantenedor dessa ordem de funcionamento; uma ordem que dita que seu corpo é livre, mas dentro das minhas regras.

SOBRE AQUILO QUE É VISTO, É DITO E É ESTRUTURAL

Quando retornamos ao gráfico que traz a relação fatorial, é curioso notar uma quase simetria entre o conjunto das classes 1 e 2 e o outro subgrupo com as classes 3 e 4. Elas ocupam espaços semelhantes, mas opostos de alguma forma, e será isso que abordaremos neste tópico. Eles também acompanham a linha de pensar sobre a categoria raça, e em outra a junção dela com gênero, mas, antes disso, observaremos suas principais características.

A classe 3 é o maior grupo de predominância no corpus, sua porcentagem é de 22.5%. Uma de suas formas mais significantes é o adjetivo *negro* ($X^2= 278.19$), logo seguida pelo substantivo *corpo*. Seu segmento mais característico trata-se de uma citação de Caldwell (2000) exposta em um dos trabalhos participantes:



Os legados da escravidão no Brasil em termos de dominação racial e de gênero e as desigualdades da sociedade pós-abolição conduziram a experiências sociais diferentes para mulheres negras e brancas: problemas presumivelmente comuns, como sexualidade, saúde reprodutiva e trabalho remunerado passaram a ter significações diferentes para mulheres brancas e negras. (art_24)

Enquanto a classe 1 traz o discurso da fala, daquilo que é sentido por esse corpo que sofre o racismo, a declaração da classe 3 traz esse sentimento acompanhado agora de uma consciência, todo o sofrimento além de ser sentido é notado e possui uma categorização. Ele saiu do campo do sentimento e, continua a possuí-lo já que a consciência da dor não a exclui, e assume sua história: essa dor acontece pra além do meu corpo individual, ela também pertence a todos os corpos semelhantes ao meu, e a responsabilização dela reside no legado que a escravidão deixou neste território. Essa localização da consciência coletiva irá refletir em alguns aspectos observados através de um dos objetivos específicos, o de explorar o corpo negro dentro da sociedade e como isso reflete na ideia de liberdade.

Assim, os dois pólos extremos assumidos por ambas as classes podem ser explicados: se trata de uma concepção individual e outra estrutural. Enquanto na classe 1 carrega a fala daquilo que *sente na pele*, o ato não necessariamente admite a existência do racismo, mas somente de um preconceito; é a natureza psicológica do ato em detrimento a sua natureza política (ALMEIDA, 2019). É uma abordagem que contempla o racismo como algo comportamental e passível de solução através da educação e conscientização. No entanto, essa limitação delimitada pela visão individualista flutua dentro de um moralismo que compactua com um teor superficial; carece de história e de reflexão sobre seus efeitos, afinal deixa de considerar o fato de que o racismo foi abrigado legalmente e teve tanto apoio do meio político, como religioso e dos “homens de bem”.



Pretendo alongar-me aqui e pensar inclusive se essa forma de concepção também possui um poder aprisionador frente àquele que sofre o fenômeno, com o medo de repetir a fala já trazida "(...) outra coisa é que tantas pessoas falam isso! A gente começa a achar que elas estão certas."

Tal pensamento se traduz entre as classes, enquanto na 1 há essa limitação à ação, na classe 3 existe a vontade do combate presente na fala. Como por exemplo o trecho seguinte do texto participante mais característico deste agrupamento (art_12; $X^2=388.28$)

Aí você vai nos lugares, lugares chiques e você não vê um negro trabalhando, agora você vê no mercado, varrendo rua, fazendo faxina, as domesticas a maioria é negra! Mas por que? Porque a gente está deixando isso prevalecer, nós temos que lutar pra isso acabar! Porque eu chego no meu serviço e duvido que elas sabem botar um arroz no fogo... (SILVA, 2022; art_12)

Como pode ser notado, para além da percepção de como esse fenômeno atinge seu corpo, é a visão de que ele é contínuo ao seu redor. Essa concepção estrutural vai ser lida por Almeida (2019) como um avanço dentro dos estudos das relações raciais, porque agora entende esse componente como algo que transcende o âmbito da ação individual. Não mais se trata do poder de um indivíduo de uma raça sobre o outro, mas de um grupo sobre outro. É a compreensão de uma dimensão maior do fenômeno e de enxergá-lo como parte de uma ordem social. Ademais, o conteúdo que essa classe comporta envolve essa percepção da estrutura desse racismo e, também, uma ideia de que a coletividade é dona das movimentações de emancipação. Ou seja, o corpo da mulher negra existe dentro de uma sociedade racista e isso traz provocações à sua existência, e é dentro dessa tomada de consciência que há a possibilidade de ruptura, de busca de libertações.

Em prosseguimento, a classe 4 também traz contribuições dentro desse cenário. Com uma predominância de 12.1%, e com formas significantes como mulher ($X^2=175.35$) e chefe ($X^2=149.19$), seu discurso traz o fator gênero como



variável que contribui para influenciar a tomada de consciência. Porque além da ordem ser juramentada por um viés racista, ela também carrega outros fenômenos em si, como sexista, classicismo, etc.; o que significa que existem ainda mais conflitos dentro desse corpo objeto de nosso estudo.

Seu primeiro típico segmento de texto pertencente à esta classe traz um trecho de Mendes (2008):

“(...) ainda que considere a inserção no trabalho entre as mulheres chefes de família elemento de autonomia e empoderamento, acredita na possibilidade de que o ingresso no trabalho esteja relacionado às condições de pobreza e sobrevivência familiar.”

A fala de Mendes vem como destaque para ser lido como um descritivo desta classe: além da percepção de raça, meu gênero e minha classe também ditam os lugares os quais pertenço. A inserção no trabalho e a função que lhe acompanha é introduzida por essa citação como uma consequência das trajetórias de inúmeras mulheres negras. A motivação para ingresso no mercado de trabalho parte de responsabilidades que giram em torno do ser mulher, como exemplo uma ruptura conjugal ou também uma gravidez solo (COSTA, 2009), e encontra nessa entrada quais são os lugares disponíveis para corpos com essas características.

A predominância do trabalho informal foi algo explorado também por Costa (2009), e ela situa que fatores agravam esse cenário, e muitos deles são consequências ao que foi exposto no período anterior. A baixa escolaridade, que se relaciona com as dificuldades de acesso e permanência dessa população em uma vida escolar estável e prolongada, faz com que os espaços disponíveis envolvem cenários informais e precários. Esse é um fator importante de se notar enquanto o trabalho é lido ambigualmente neste tópico. Ele se predispõe como espaço para que a mulher exerça sua individualidade e percorra sua autonomia, mas é visto limites em seu funcionamento, ou seja, nem todas as portas se encontram abertas.



Em suma, ambos os discursos trazem essa tomada de consciência acerca dos poderes que circundam as dinâmicas sociais nas quais seus corpos se inserem. Dessa forma, entende-se que a liberdade para ocupar espaços existe, mas ela nem sempre é estendida para somente o desejo do indivíduo que a pertence. Ela é cercada de dinâmicas de poder que são dosadas por seus pertencimentos grupais, ou seja, ser mulher, ser negra, ser mãe, ser pobre, são fatores que se cruzam e traçam caminhos perpendiculares a eles.

Em continuidade, existe uma outra classe que entra nesse subgrupo das classes 4 e 3, mas atua como uma classe quase de transição por apresentar fatores próximos também ao grupo do tópico passado, das classes 1 e 2. Trata-se da classe 5, com predominância de 11.9% sob todo o texto. É um grupo que tem como formas mais significativas as palavras: violência ($X^2=481.68$), conjugal ($X^2=325.95$) e ofensa ($X^2=258.78$). Tais destaques já começam a desenhar um caminho do seu conteúdo, podemos prever que será abordado uma violência e dentro um espaço: o familiar.

Como segmento de texto típico da classe foi declarado tal enxerto: “todo o relacionamento de Manuela com o marido após o casamento apareceu no relato da informante como trespassado por diversos tipos agressões e ofensas dele em relação a ela.” (art_9, score: 1631.04)

O relacionamento de Manuela serve aqui como uma introdução, não enquanto totalidade, já que seus marcadores presentes em sua história apresentam individualidades somente dela. Sua introdução assume uma ampliação daquilo que já começamos a delimitar sobre o percurso tomado no discurso dentro dessa classe. Envolve a violência dentro da família projetada, em muitos dos casos, pela figura masculina.

É por esse motivo que dentro do campo fatorial esta classe tem uma certa proximidade da classe 1, porque aqui ela assume o sentido do ato ou ação impedida pela violência, contudo aqui sua principal demonstração é a violência de gênero. Sua diferenciação envolve, contudo, a presença da



possibilidade de ruptura. Por isso seu teor de transição entre o que é sentido e aquilo que além de ser sentido é percebido como estrutural; a tomada de consciência acerca das violências e porque elas se repetem em corpos negros femininos guia um conhecimento acerca da situação. Mais ainda, questionam ou disputam posições e sentidos do feminino e do masculino em meio a situações de violência (PEREIRA, 2013).

Tal tomada consciência é um reforço em direção à emancipação desse corpo, visto que como Gregori (1993) traz em muitas situações é atrelada à figura masculina uma fragilidade, e cabe à mulher suportar. Contudo, tal postura apresentada pela estudiosa parece ter tomado novas formas como expostas por Pereira (2013), pode ser percebida paralelamente uma posição dentro das situações conflituosas ainda que em proporções/posições desiguais em relação aos homens como por exemplo: reclamações, provocações, agressões e insultos contra os parceiros como estratégia de reação.

E, mesmo dentro de uma postura tida como “passiva”, de aguentar e suportar, também há uma prescrição de uma reação, como de negociação da situação, como pode ser visto na fala de Simone, uma das participantes dos estudos:

Simone: Não, silenciava. Chorar, chorava. Mas, assim... Falar alguma coisa com ele... Deixava ele falando sozinho. Porque ele já tava bruto... Nem também você sair de perto não é muito bom. Porque aí ele já fala que é um descaso, né? Eu já pensava assim. Então ele falava, e eu falava: “Tá bom, tá bom, você tá certo”. Concordava. Pensava assim: depois quando ele se acalmava, eu chego e falo: “Você falou isso e isso, e não é bem assim, é assim, assim”. Ele já sabia que eu fazia isso. Quando ele sabia que no outro dia eu ia chamar a atenção dele por alguma coisa, ele já saía bem antes de mim. Então não revidava porque... a pessoa já tá ali pronta pra bater, pra acontecer, pra fazer alguma coisa. Se você revida, fica pior. Sempre silenciava e deixava falar. E ia anotando tudo o que ele falava no cérebro. Depois eu ia cobrar. (PEREIRA, 2013; art_9)



Em síntese, existe uma busca pela reação e fuga desse lugar da violência. Mas os dados ainda trazem o quanto essa violência faz parte das mulheres em geral: um registro de 2.423 casos de violência contra a mulher em 2022, 495 deles sendo feminicídios, segundo o boletim *Elas vivem: dados que não se calam*. Ou seja, a violência continua performando como um entrave na vida das mulheres frente um processo de libertação; ainda as prendem dentro desse corpo diminuído frente ao seu aspecto feminino e seu aspecto racial.

Ademais, quando adicionado a categoria raça nesse cenário, o cenário tende a piorar. Em nosso país o dado de 68,8% pertence às mulheres negras quando o quesito é morte por agressão (CARRIJO & MARTINS, 2020); não suficiente, no ano de 2013 enquanto o número de homicídios de mulheres brancas obteve uma queda, o homicídio de negras aumentou em 54,2% (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2016). A existência desses dados que destoam um ao outro quando levado em conta a categoria de raça, discrimina assim um tratamento diferente dado à mulher negra dentro desse âmbito familiar, que levanta a hipótese de que a mulher não conta efetivamente com o apoio do Estado (CARNEIRO, 2017). E é a partir dessa visão que adentramos a última classe.

SOBRE AQUILO QUE É PODER E RESPONSABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES

A classe 6, a última a ser analisada, teve a segunda maior predominância em todo o corpus, refere-se a 21% do discurso. Suas três formas mais presentes já foram a frase que vai ditar o passo desse tópico: ingressar ($X^2=235.7$), ensino ($X^2=210.6$) e público ($X^2=203.3$).

O discurso de uma participante em específico é um discurso típico desta classe e começaremos a detalhar o porquê a partir da citação seguinte:

Letícia considera que o acesso da população negra à universidade é “muito difícil”. Devido a essa dificuldade, ela se diz favorável às cotas apesar de toda a polêmica existente em torno da questão. Segundo ela, “é um dos vieses para você



conseguir com que essa população negra consiga ter nível superior". (PINTO, 2007; art_2)

A datação deste artigo, 2007, serve-nos para traçar uma linha do tempo. Em 1550 houve o início do tráfico negreiro e em 1888 se deu a Lei Áurea, ou seja, foram 338 anos vivendo sob a tutela do Estado. Em 1934, os negros conquistaram o direito ao voto e em 2002 foi que aconteceu o início da política de cotas na universidade (GASPAR & BARBOSA, 2013; SCHWARCZ, 2015). São 338 anos de escravidão versus 89 anos de participação social (levando em conta a ano da permissão para o voto) em um país em que sua maioria racial é negra. Foram três séculos de desumanização de um corpo que só tinha uma função: a de servir. Como se responsabiliza e atua no processo do após, ou melhor, o que foi feito para inserir esse corpo que não existia socialmente dentro da sociedade?

Segundo Almeida (2019) o racismo é um processo político. Ele se expressa concretamente porque existe uma desigualdade política, econômica e jurídica da sociedade. Quando se pensa que ele é próprio de uma estrutura, envolve desembaralhar todos esses anos tanto do processo de escravidão, quanto do processo emancipatório, e entender como esse corpo foi tratado na sociedade. Ele é estrutural porque é uma decorrência do modo "normal" com que se constituem as dinâmicas sociais (ALMEIDA, 2019). Três séculos formularam um tipo de pensamento acerca dessa raça e ele não desapareceu com a abolição da escravatura.

Essa politicidade do racismo tem como conjectura algo que Almeida (2019) vai descrever como dimensão institucional e ideológica. Nada mais é do que uma regulação, tendo o Estado como centro de poder das relações políticas da sociedade. Dito isso, é a partir desse poder dado ao Estado que será possível criar recursos tanto para combater o racismo presente nas práticas cotidianas, como também produzir narrativas que acentuam a unidade social. Quando não há movimentos em busca de um combate ao racismo,



trata-se de uma perpetuação de um de nossos objetivos específicos de pesquisa, a discriminação sendo operacionalizada.

A política de cotas é um exemplo de exercício do Estado frente a esse cenário. Com a possibilidade de acesso às universidades, o processo de formação de individualidades ao corpo negro é aberto e se intercruza com o significado de emancipação. Afinal, através dessa dinâmica, a possibilidade de exercício social é expandida, mas, mais do que isso, é retificada; a população negra pode fazer parte do meio social, inclusive em inúmeros âmbitos, não somente sob um meio precarizado.

Contudo, para além desse teor de importância do aspecto educacional para a emancipação da mulher negra, a classe 6 também discute os seus inúmeros funcionamentos frente às outras variáveis que circulam esses indivíduos. No tempo da fala de Letícia, haviam se passado apenas 5 anos dessa política de inclusão nas universidades. Mesmo assim, ela traz em seu discurso o quanto é difícil para o povo negro ingressar na faculdade. O índice de desigualdade racial no ensino superior segundo a ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições do Ensino Superior) ao longo dos anos 1996 e 2018, trouxe um aumento dos estudantes declarados pretos e pardos de, respectivamente 6,1% e de 10,9% a partir de 2003. Contudo, esse aumento também implica em uma complexidade em volta das barreiras impostas por esse conjunto de variáveis gênero, classe e raça.

Parte dos alunos negros ingressantes no ensino superior é diretamente atingido pela vulnerabilidade econômica, e isso gera consequências na sua permanência naquele espaço (SILVA, 2019). Isso sem contar outras particularidades presentes no público feminino, como por exemplo a maternidade e a dificuldade de conciliação com a educação que esse aspecto traz (PINTO, 2007). A configuração desse espaço como aberto para o povo negro, implica em medidas para além das cotas, envolve uma criação de rede de apoio para que esse corpo possa existir naquele espaço. É dever de uma



instituição que realmente se preocupa com a questão racial uma produção de políticas que promovam tanto a igualdade, como remover obstáculos para sua presença nesses espaços. As instituições são racistas porque a sociedade é racista, mas tal implicação não exclui a possibilidade de confronto a tal ideologia e a aplicação de práticas que a combatam.

CONCLUSÃO

“(...) a erradicação do racismo nas leis e a dissolução do aparato de segregação (...) uma estrutura que é muito mais extensa, mais ampla, do que a estrutura legal” (DAVIS, 2018, p. 31).

É através dessa fala de Davis, em seu livro “Liberdade é uma luta constante”, a qual daremos início a um delineamento do que podemos concluir deste estudo. Mas antes de responder a premissa que guiou o estudo, acompanhada da ideia da luta constante de Davis, é preciso olhar para a estrutura mais extensa antes de chegar a uma resposta.

Não é possível desenhar uma só forma a como o corpo negro feminino se posiciona na sociedade brasileira; ele está em muitos quadros e se diferem entre si compondo muitas formas. No entanto, assim como foi levantado durante a exposição da literatura e agora reiterado nos resultados do estudo, existem formas que perduraram desde o período escravocrata; não são as mesmas formas, mas em sua essência elas foram apenas remodeladas.

Lélia (2020) descreveu as nuances da mucama e da escrava do eito: uma com seu corpo terceirizado e precarizado pelo trabalho braçal, e, igualmente, a outra, devido ao trabalho doméstico. Os resultados deste estudo contribuem para tal declaração ao investigar o quanto desse pensamento vigente atua mentalmente nessa mulher.

As classes 1 e 2 detalham o quanto individualmente isso é sentido. Na 1 o corpo é visto como herdeiro do lugar precarizado que ocupa, dentro de um



trabalho que inclusive a discrimina, e assim o pensamento racista a aprisiona dentro desse espaço e ainda reforça a repetição desse pensar em suas atitudes, como se fosse merecedora daquela atribuição e da discriminação. Foi nitidamente demonstrado o quanto a experiência racial, com todas as características próprias à vivência brasileira, é capaz de massacrar a identidade dessa mulher, tudo para fazê-la caber em seus formatos heranças do período escravocrata.

Um campo interessante enumerado pela classe 2 foi o espaço ocupado dentro da palavra “casa” como referência para diversas estruturas sociais. Referência para função social de mãe e, também, como chefe de família, funções essas que atribuem somente à mulher uma responsabilidade. A chamada jornada dupla da mulher, que possui dois trabalhos, aquele fora de casa característico à sua individualidade, e um outro dentro de casa, produto do lugar “natural” da mulher, ou melhor, do seu lugar estrutural.

Uma outra referência de estrutura dentro do conceito de casa é o trabalho de doméstico, tanto o remunerado quanto o oriundo da sua própria casa. É como se a emancipação desses termos fosse só uma fuga para continuar encarcerando através das reformulações dos seus nomes; o conteúdo ainda é bastante similar e prende a mulher em seu efeito. Em suma, a fala proferida por Sueli Carneiro (2011) ainda é pertinente: “as mulheres negras são as últimas da fila depois de ninguém”.

Um aspecto levantado pela classe 5 traz a instituição da família como foco. É transmitido nessa classe o quanto essa estrutura é violenta e, inclusive, adiciona outros níveis quando inserida a categoria raça. Trata-se de um lugar que enxerga a mulher como algo frágil e responsável pela dor que envolve a violência; e tal pensamento é disseminado socialmente, inclusive pela própria mulher. Mas a classe traz o discurso de tomada de consciência, ou seja, traz o combate tanto internamente, quanto externamente, que leva à recuperação do seu próprio corpo dentro desse ambiente.



A tomada de consciência é o foco tanto dessa classe 5, quanto das classes 3 e 4. Ao partir do entendimento de que seu corpo faz parte de um coletivo, o problema deixa de partir do individual, para assumir as dimensões estruturais que o compõem. A virada de chave proporciona para esse sujeito, além de percepção pessoal, um senso de identidade.

Enquanto a classe 3 traz o componente da raça, a 4 envolve seu filtro pelo gênero. A primeira traz essa apreensão da realidade e atribui uma responsabilização a ela: minha dor de hoje existe devido ao legado que a escravidão deixou sobre nossos corpos. Agora, entende-se o porquê dessa sequência de aprisionamentos acontecer como alvo essa população, além disso, a noção de coletividade adicionada dá um direcionamento para um processo de reação, uma libertação. E a próxima classe (4), busca compreender que para além da caracterização do meu corpo acerca da minha raça, ele também é acompanhado por meu gênero e minha classe que dita ainda mais configurações sociais. Tal classe percorre os efeitos dessa interseccionalidade e encontra dados como por exemplo: a predominância do trabalho informal e a baixa escolaridade desse público como consequência dessa intersecção.

O conjunto de constatações fornecidas por todas as classes, inclusive aquelas as quais trazem o sentido da coletividade, carregam em si apropriações dos objetivos específicos investigados pela pesquisa. Dito de outra forma, o movimento de observar esse corpo funcionando socialmente e suas transmissões de liberdade. O foco para as classes envolvendo os discursos de coletividade é dado porque a partir do coletivo aparenta-se um questionamento da liberdade. Ou seja, é a partir da tomada de consciência que se dá início a processos de libertação. É a declaração de que houve sim uma emancipação desse corpo, mas que ela existe com limitações.

Para além disso, outro objetivo importante buscado envolvia entender o modo operacional do preconceito e a classe 6 trouxe reverberações para essa



compreensão. O racismo compreende-se como um processo político e seu aspecto concreto deve-se ao alicerce das conjunturas políticas, econômicas e jurídicas da sociedade. O Estado assume uma posição tanto de mantenedor, como também de ditador das relações que se estabelecem nesse meio, sendo possível através desse poder o acionamento (ou não) de recursos para mudanças.

Para tanto, algumas políticas têm como ordem esse funcionamento de combate ao racismo, tanto indiretamente, como ativamente. A política de cotas é um desses exemplos, e funciona, para o corpo negro, como um possibilitador para construção ativa de identidade; assim como entende essa dinâmica como uma possibilidade de exercício social.

Em síntese, a busca por o significado, e como ele é percebido, da emancipação para as mulheres negras foi traçado. O ato de libertação desse corpo declarado pela Lei Áurea foi escrito ao seu tempo e significou ali um punhado de libertações, que não foram totais e tampouco detinham em si o poder de apagar todo o tempo de encarceramento.

Diante do exposto, a pesquisa conseguiu alcançar suas motivações e nos trouxe alguns achados. Inicialmente nos foi possível entender através da teoria um resgate da história e das suas reverberações (ou continuidades) em um corpo que foi limitado à uma função, limitado à uma escravidão.

Em sequência, por meio da metanálise, foi possível entender o que o discurso de muitas mulheres negras brasileiras nos diz sobre a emancipação. Foi averiguado as inúmeras intersecções pelas quais esse corpo perpassa ao reunir raça, gênero e classe; é um corpo que sofre discriminações em todos esses âmbitos, e dessa operacionalidade surge em muitos espaços uma sensação de encarceramento que se traduz em barreiras à sua existência na sociedade. Conquanto, também nos foi possível observar algo para além da percepção do racismo, algo que parte da posição de tomada de consciência, uma reação em prol da sensação de emancipação. Ou seja, a emancipação



desse corpo existe e, mesmo assim, ela ainda precisa ser construída diariamente.

Mas também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades. [...] Ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro. (SANTOS, 1983).

O recorte do livro de Neusa Santos é posto aqui para se pensar em pesquisas futuras. Partindo da sua premissa elencada, é através do resgate da sua história que os caminhos são abertos, ou seja, trazendo para o presente estudo, envolve para além desse processo aqui feito de desenhar a emancipação, uma reverberação importante é as potencialidades que surgem a partir dessa tomada de consciência; é o ato de tornar-se negra.

Por fim, o trabalho de traçar aqui um significado para esse status envolveu entender os inúmeros comportamentos dessa chamada liberdade, e como de fato ela se promove dentro desse corpo quando ele é posto socialmente. E estudar esse tópico mirando o âmbito da Psicologia, envolve compreender o quanto ter em posse todos esses dizeres e realizações, podem tornar essa prática de saúde de fato promotora de mudanças.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Juracy Armando Mariano de. Identidade e emancipação. *Psicologia & Sociedade*, v. 29, 2017.

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ALVES, Dina. Rés negras, juízes brancos: uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulistana. *CS*, n. 21, p. 97-120, 2017.



ATALLAH, Álvaro Nagib; CASTRO, Aldemar Araújo. Revisão sistemática da literatura e metanálise. Medicina baseada em evidências: fundamentos da pesquisa clínica. São Paulo: Lemos-Editorial, p. 42-48, 1998.

ÁVILA, Maria Betania. Notas sobre o trabalho doméstico. Transformando as relações trabalho e cidadania, produção, reprodução e sexualidade. São Paulo: CUT, 2007.

BENTO, Berenice. "Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?" Cadernos Pagu, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde. **Diretrizes metodológicas: elaboração de revisão sistemática e meta-análise de ensaios clínicos randomizados** [recurso eletrônico]. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021. 93 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_elaboracao_revisao_sistemica_meta-analise.pdf.

CALDWELL, Kia L. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. Revista Estudos Feministas. Florianópolis: UFSC, v. 8, n. 2, p.91-108, 2000. Disponível em: <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/16112009-035108caldwell.pdf> Acesso em 26/07/2014.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, p. 1-18, 2013.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. Revista Estudos Feministas, v. 3, n. 2, p. 544-544, 1995.

CARNEIRO, Suelaine. Mulheres Negras e Violência Doméstica: decodificando os números. São Paulo: Geledés Instituto da Mulher Negra, 2017.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. Selo Negro. São Paulo. 2011.

CARRIJO, Christiane; MARTINS, Paloma Afonso. A violência doméstica e racismo contra mulheres negras. Revista Estudos Feministas, v. 28, 2020.

CIAMPA, Antonio C. A estória do Severino e a história da Severina São Paulo: Brasiliense. Original publicado em 1987.



COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Boitempo Editorial, 2021.

COSTA, Fabiana Freitas. *Nas avenidas e cruzamentos do gênero, raça, classe e geração: mulheres negras chefe de família em bairros do subúrbio ferroviário de Salvador*. 2009.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão. Florianópolis, Santa Catarina, v.7, n.12, p. 171-188, 2002.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

DU BOIS, W. E. B. **Darkwater**: voices from within the veil. New York: Harcourt, Brace and Howe, 1920.

FREITAS, Décio. *Palmares, a guerra dos escravos*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método*. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. (3ª edição). Petrópolis: Vozes, 1999.

GASPAR, Lúcia; BARBOSA, Virgínia. *Ações afirmativas e políticas de cotas no Brasil: Uma Bibliografia 1999–2012*. Ministério da Educação e Cultura, (Fundação Joaquim Nabuco). Recife, 2013.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2020.

GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. *Dossiê Violência Contra Mulheres*, 2016. Disponível em <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/violencia-e-racismo/>. Acesso em 03/10/2016



LOPES, Marianna Gomes Silva et al. Mulheres negras, trabalhadoras, "viventes": recontando histórias de trabalho no Brasil sob a perspectiva do gênero e da raça. 2021.

MELO, R. "Teoria crítica e os sentidos da emancipação". Caderno CRH, v. 24, n. Cad. CRH, 2011 24(62), maio 2011.

MENDES, M. A.. Gênero e poder no âmbito da chefia feminina: uma proposta teórica de análise. Veredas FAVIP- Revista Eletrônica de Ciências, Caruaru, v. 1, n. 1, p.41-55, jan./jun., 2008.

MIZAEL, T. M. Microagressões raciais de gênero experienciadas por mulheres negras: revisão da literatura. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S. l.], v. 15, n. 43, 2024. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1484>. Acesso em: 14 mar. 2024.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. Tramas e dramas de gênero e de cor: a violência doméstica e familiar contra mulheres negras. 2013. 131 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

PINTO, Giselle. Gênero, raça e pós-graduação: um estudo sobre a presença de mulheres negras nos cursos de mestrado da Universidade Federal Fluminense. Niterói UFF/PPGPS, 2007.

SALVIATI, Maria Elisabeth. Manual do aplicativo Iramuteq, mar, v. 3, p. 2020, 2017.

SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Cotta. "Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica". Brazilian Journal of Physical Therapy, v. 11, p. 83-89, 2007.

SANTOS, Neusa de S. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. Brasil: uma biografia: com novo pós-escrito. Editora Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Danusa Ester Gomes da. Representação da mulher negra na ALERJ: barreiras de classe, gênero e raça. Graduação em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2019.

SILVA, Débora Barbosa da. Gênero, geração e raça: o cabelo como analisador para pensar mulheres negras em Nova Friburgo. 2022. 163 f. Dissertação



(Mestrado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

VERASZTO, E. V., CAMARGO, E. P., CAMARGO, J. T. F., SIMON, F. O., & MIRANDA, N. A. (2018). Evaluation of concepts regarding the construction of scientific knowledge by the congenitally blind: an approach using the correspondence analysis method. *Ciênc. Educ.*, 24(4), 837-857

Recebido em: 15/03/2024

Aprovado em: 01/04/2026